

O PEC e a crise Social

31-Mar-2010

OpiniÃ£o

Texto de Maria da Graça M. Pinto

Num dos nossos apontamentos de Março referimos que Portugal é dos países europeus com menos justiça social. Segundo dados da Comissão Europeia, a taxa de risco de pobreza e as desigualdades na distribuição dos rendimentos são das mais elevadas na União e o desemprego e a precariedade aumentaram exponencialmente.

Neste contexto, quais as consequências sociais decorrentes deste Programa de Estabilidade e Crescimento, aprovado em pleno Ano Europeu de Combate à Pobreza?

O agravamento das condições de vida dos portugueses em consequência de medidas como o congelamento dos salários da função pública, a redução das prestações sociais aos sectores mais desprotegidos da população, a alteração das regras de acesso ao subsídio de desemprego e da fixação de um tecto cego na atribuição do Rendimento Social de Inserção

Este Plano de Estabilidade e Crescimento, que passou com o beneplácito do PSD, não aposta na recuperação económica, na promoção do emprego e na redução das desigualdades sociais, constituindo, antes, uma grave cedência às reivindicações da direita que, de há muito, faz passar a mensagem de que os desempregados e beneficiários do RSI são responsáveis e têm uma grande quota parte de responsabilidade nas dificuldades financeiras do Estado.

Este PEC, consagra, também a redução da presença pública em sectores estratégicos como os transportes, a sua anulação na energia, a diminuição da actividade da CGD retirando-lhe os seguros e a venda dos CTT e de outros serviços essenciais a promoção da qualidade de vida dos cidadãos e da equidade social e regional.

No que respeita à equidade social e regional, a privatização dos CTT, constitui um caso paradigmático. Quando os privados entrarem nesse sector de mercado, poderão escolher ficar apenas com as zonas lucrativas como as áreas de Lisboa e Porto, abandonando as zonas mais desertificadas e economicamente deprimidas que dão prejuízo.

Alguns são sempre a mesma! Em nome do equilíbrio das finanças públicas penalizam-se os mesmos de sempre, os mais desprotegidos, transformados em responsáveis por todos os males de que padecem as finanças públicas.

Como é possível inverter este rumo!

Em alternativa às opções que espelham a lógica neo-liberal, o BE apresentou 15 medidas para uma Economia decente, assente na promoção do desenvolvimento, da justiça social e do emprego, nomeadamente, através da manutenção do controlo público dos sectores da economia em que existem monopólios naturais, ou que tenham uma função estratégica no plano económico e social, caso da energia, dos seguros, e dos transportes ou dos CTTs, e a recuperação financeira do Estado cortando-se nas despesas desnecessárias no sector público.

O que está em causa não é uma utopia irrealizável, mas a ruptura com as políticas neoliberais que têm conduzido o país a sucessivas crises

econ3micas e financeiras!

-Graça Pinto 2013 Direc3o Distrital do BE 2013 Viseu, 26 de Mar3o de 2010 - no Viseumais.com